

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

PROGRAMA DE APOIO INSTITUCIONAL À EXTENSÃO

AÇÃO: PROJETO DE EXTENSÃO

Edital nº 7/2024 | CBT - Programa de Apoio a Atividades de Extensão 2025

UNIDADE PROPONENTE

Campus:
CBT

Foco Tecnológico:
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL

IDENTIFICAÇÃO

Título:
Anticolonizando narrativas no cárcere: ano 2

Grande Área de Conhecimento:
MULTIDISCIPLINAR

Área de Conhecimento:
INTERDISCIPLINAR

Área Temática:
Direitos Humanos e Justiça

Tema:
Grupos Sociais Vulneráveis

Período de Execução:
Início: 20/03/2025 | Término: 20/12/2025

Possui Cunho Social:
Sim

Nome do Responsável
(Coordenador):
Thiago Silva Augusto da
Fonseca

Titulação:
MESTRE+RSC-III (LEI 12772/12
ART 18)

Matrícula:
2315598

Vínculo:
Voluntário

Departamento de Lotação:
CTII-CBT

Telefone:

E-mail:
thiagofonseca@ifsp.edu.br

CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Público Alvo	Quantidade Prevista de Pessoas a Atender	Quantidade de Pessoas Atendidas	Descrição do Público-Alvo
Público Interno do Instituto	30	-	-
Movimentos Sociais	5	-	-
Organizações Não-governamentais	5	-	-
Instituições Governamentais Estaduais	10	-	-
Grupos Comunitários	5	-	-

EQUIPE PARTICIPANTE

Professores e/ou Técnicos Administrativos do IFSP

Membro	Contatos	Bolsista	Titulação
Nome: Thiago Silva Augusto da Fonseca Matrícula: 2315598	Tel.: E-mail: thiagofonseca@ifsp.edu.br	Não	MESTRE+RSC-III (LEI 12772/12 ART 18)
Nome: Lucia Helena Dal Poz Pereira Matrícula: 1754526	Tel.: / (13) 3346-5300 (ramal: 5314) E-mail: lucyangel10@ifsp.edu.br	Não	ESPECIALIZACAO NIVEL SUPERIOR
Nome: Michelli Analy de Lima Rosa Matrícula: 1624230	Tel.: E-mail: mi.analy@ifsp.edu.br	Não	MESTRADO
Nome: Ricardo Medeiros Priuli Matrícula: 2625034	Tel.: / (11) 3775-4667 (ramal: 4667), (11) 3775-4669 (ramal: 4669), (11) 98614-0320 (ramal: 0320) E-mail: ricardopriuli@ifsp.edu.br	Não	MESTRADO
Nome: Rubens Lacerda de Sa Matrícula: 1191996	Tel.: E-mail: rubens.sa@ifsp.edu.br	Não	DOUTORADO

Estudantes do IFSP

Membro	Contatos	Bolsista	Curso
Nome: Laila da Silva Matrícula: CB3011704	Tel.: - E-mail: laila.silva@aluno.ifsp.edu.br	Sim	LICENCIATURA EM LETRAS - HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA
Nome: Jamyle Priscila da Silva Vales Matrícula: CB3019012	Tel.: - E-mail: vales.s@aluno.ifsp.edu.br	Não	TÉCNICO EM EVENTOS INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO
Nome: andrea dos santos candido ferreira Matrícula: CB3026558	Tel.: - E-mail: andrea.candido@aluno.ifsp.edu.br	Sim	LICENCIATURA EM LETRAS - HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

DISCRIMINAÇÃO DO PROJETO

Resumo

Considerando que vivemos em tempos sombrios que se retroalimentam da matriz colonialista, capitalista e patriarcal na produção de violências e injustiças em diferentes espaços sociais, incluindo o sistema penitenciário brasileiro, percebe-se a necessidade de envidarmos esforços para anticolonizar as narrativas de homens e mulheres apenados. Desta maneira, qual ferramenta para a curricularização da extensão dos licenciandos do curso de Letras do campus Cubatão, este projeto objetiva organizar, implementar e executar dois clubes de leituras, um para leitura livre e outro de leitura mediada, com vistas à remição de pena de pessoas privadas de liberdade nas unidades prisionais da Baixada Santista. Trata-se, ainda, de dar continuidade ao projeto já executado em 2024. Para tanto, por meio de diferentes atividades e ações voltadas para a leitura de obras literárias, em livros físicos ou disponibilizados por meio da tecnologia Raspberry Pi, os homens e as mulheres apenadas terão a oportunidade de produzir resenhas narrativas que escapem à lógica colonizante. Após validadas por bancas compostas por licenciandos do curso de Letras, cada resenha possibilitará à autoridade judiciária a concessão da remição de pena às pessoas privadas de liberdade. O arcabouço teórico para produção de narrativas autobiográficas (LECHNER, 2012, 2023), a ética do cuidado (HEIDEGGER, 2008; SÁ 2023), a educação como prática da liberdade (FREIRE, 1983) e a plataforma anticolonial (CUSICANQUI, 2021) serão bastante suficientes para alinhar o alicerce teórico para este projeto. Por conseguinte, com os clubes de leitura, o projeto em tela espera continuar a oferecer aos homens e mulheres privados de liberdade a oportunidade de resenham e anticolonizarem suas narrativas com base nas obras literárias lidas e debatidas. Destarte, a contribuição e o impacto social deste projeto beneficiará aos docentes, aos licenciandos, aos homens e mulheres privados de liberdade, bem como a todos os que se envolverem nas ações a serem propostas e desenvolvidas.

Justificativa

A proposta para realização de um projeto envolvendo atividades educacionais extensionistas em unidades prisionais para o benefício de pessoas privadas de liberdade pode causar algum estranhamento em princípio. No entanto, dentre as inúmeras razões pelas quais esse projeto se justifica, elencamos que a primeira é fato de a Carta Magna de 1988 em seu artigo 5º declarar que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” e complementar no artigo 6º ao ressaltar, corroborando a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que a “educação é um direito social fundamental para todos os brasileiros”. Outro motivo que justifica o projeto Anticolonizando narrativas no cárcere (doravante ANACA), alinha-se à declaração do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (1997, p. 122) de que “as pessoas e os grupos sociais têm o direito à igualdade quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”. Outro pensador, o russo Mikhail Bakhtin (1976, p. 2) diz que o fundamento orientador de quaisquer ciências produzidas na sociedade é o “compromisso social e ético com o humano, pois todos os produtos da criatividade humana nascem na e para sociedade humana”. Ambas as declarações aplicam-se às pessoas privadas de liberdade uma vez que muitas informações que dizem respeito a sua condição permanecem em uma região sombria com dados imprecisos, desatualizados e com muitos obstáculos para serem acessados. Um terceiro motivo para a realização do ANACA relaciona-se à questões educacionais. Quando analisamos, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ou o atual Plano Nacional de Educação (PNE) quais exemplos de macropolíticas educacionais é possível perceber a ausência de objetividade e explicitação no que diz respeito à educação no sistema prisional brasileiro (BONFIM, 2011; GOMES, 2016; MORETTI, 2018). Silva (2001) e Silva e Moreira (2006) argumentam em favor de propostas educacionais que beneficiem o sistema prisional por meio de atividades e projetos que ampliem ações educativas nesse cenário. Acrescentam que a articulação entre a legislação educacional e a penal para a mobilização de profissionais de diferentes áreas pode resultar em um bem comum. Portanto, deve haver um intencionalidade tanto político-jurídica quanto pedagógica cujo escopo deve ser o desenvolvimento de propostas educacionais no âmbito do sistema prisional. Embora seja consenso a complexidade existente no atendimento educacional aos reeducandos do sistema prisional visando à reabilitação penal, é importante ressaltar que o objetivo central deve ser sempre o de contribuir para que essa pessoa privada de liberdade consiga desenvolver competências e habilidades que lhe sejam úteis no posterior processo de reinserção social. Em quarto lugar, o ANACA justifica-se pela possibilidade de promoção do acesso à educação para todos, que inclui o desenvolvimento da competência leitora qual práxis humanizadora e emancipatória (FREIRE, 1983; 2011). Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, artigo 37º § 1º, sobre a educação de jovens e adultos, afirma que mesmo os que não tiveram acesso ou continuidade aos estudos, que incluem aqueles em situação de vulnerabilidade social, devem recebê-lo na idade e condições mais apropriadas possíveis. Pensando em um possível grupo, a Lei de Execução Penal, nos art. 17 e 126, assegura às pessoas privadas de liberdade a instrução escolar que possibilita inclusive sua implementação como meio de remição (MAIDA, 1993; VARGAS, 2006). A quinta razão para a realização deste projeto é que, em média, apenas 10,58% da população privada de liberdade no Brasil é envolvida em algum tipo de atividade educacional, conforme dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (MOURA, 2019). Dessa maneira, o ANACA poderá contribuir por meio de diferentes ações de extensão para uma práxis anticolonial, humanizadora e emancipatória com vistas à ressocialização e à liberdade, bem como, quiçá, a saída da condição de vulnerabilidade social a que as pessoas privadas de liberdade são aprisionadas (WAQUANT, 20021). Um sexto motivo que justifica esse projeto relaciona-se à inovação. O acesso ao acervo literário que será usado nos clubes de leitura será por meio de obras impressas disponíveis nas unidades prisionais ou por meio do uso da tecnologia social de baixo custo baseada no computador em placa única chamado Raspberry Pi, que promove o acesso à informação, e.g. obras literárias, sem conexão com internet e sem a necessidade de uma infraestrutura de rede pré-existente. A aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Agenda 2030, são a sétima razão que justifica a realização do ANACA, conforme indica a tabela a seguir com a vinculação dos descritores ODS com o projeto em tela. Tabela 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS Descritores Vinculados ao ANACA 3 Saúde e bem-estar: Assegurar uma vida saudável e promover o bem estar para todos e todas, em todas as idades 4 Educação de qualidade: Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida a todos; o foco será os descritores 4.4 e 4.5 5 Igualdade de

gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas por meio das TDICs (5.6b) e o fortalecimento de políticas e legislação sólidas (5.6c) 8 Trabalho decente e crescimento econômico: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos e todas 16 Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Foco nos descritores 16.1, 16.3 e 16.10b Fonte: ONU (2015); Instituto Conecta Brasil (2023) Por fim, ressaltamos que a oitava e última razão que justifica o ANACA é que o projeto está alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (PDI-IFSP) que entende a educação “como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana” (PDI, 2019-203, p.175). Isso se dá pela possibilidade de realização de atividades extensionistas que contribuirão para a qualificação de graduandos, conforme preconiza a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 7 de 18 de dezembro de 2018, cap. I, arts. 4º, 7º, 8º e ratificada pelo Conselho de Reitores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) em 2020 em atendimento à Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. Por conseguinte, o compromisso com essa concepção de educação garante aos docentes, discentes e demais servidores do IFSP desenvolverem e participarem de ações educativas vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão que sejam situadas, éticas e promovam uma práxis emancipatória e humanizadora por meio da parceria com instituições e órgãos responsáveis pela educação no sistema prisional.

Fundamentação Teórica

É importante ressaltar que a orientação deste projeto é ontológica, axiológica e epistemológica porque visa, em um primeiro momento, ao avanço científico da comunidade acadêmica interna para, em seguida, contemplar diretamente as pessoas privadas de liberdade que se beneficiarão das diferentes ações que o projeto enseja. O eixo central que alinhavará todo o arcabouço teórico que se segue baseia-se na produção de narrativas autobiográficas das pessoas em privação de liberdade (LECHNER, 2012, 2023), na ética do cuidado (HEIDEGGER, 2008; SÁ 2023), na educação como prática da liberdade (FREIRE, 1983) e na plataforma anticolonial (CUSICANQUI (2021). Indo em direção ao escopo do ANACA, trago à baila o projeto analítico de Michel Foucault (1987) que é igualmente relevante e imprescindível para alicerçar essa proposta. O filósofo percebe que a manutenção da ordem social estava intrinsecamente relacionada com o alijamento dos que atentavam contra essa ordem. No entanto, a sociedade nem sempre optou pelo alijamento ou encarceramento daqueles que violam as leis. Em uma fase inicial, a punição severa era a preferência, sobretudo durante os períodos absolutistas. Logo, Foucault (1987, pp. 85-86) denomina de sociedade punitiva aquelas que faziam uso de castigos físicos e execuções públicas para disciplinar seus súditos e, por conseguinte, possibilitar a manutenção da ordem social. Para ele, o sucesso da sociedade punitiva dependia da existência de sujeitos definidos como “corpos dóceis” (1987, p. 117), ou seja, corpos sobre os quais a aplicação de violência era uma possibilidade concreta. Nesse sentido, a violência tornou-se um recurso legítimo para instauração da ordem por meio da lei. O entendimento era de que o violador, alguém que infringiu a lei, desrespeitava diretamente a autoridade governamental e, portanto, deveria ser punido para evitar a desordem. Por essa razão, a violação era punida em praça pública para que todos atestassem as consequências do desrespeito à lei e ao monarca, que era considerado à época o guardião da lei e ordem. Posterior à sociedade punitiva, segue-se a sociedade disciplinar. Nesse estágio, a sociedade deixa de exercer violência sobre os corpos dos criminosos ou fazer espetáculos de punição, chamando atenção para a criminalidade, e passa a efetivamente alijar do convívio social e encarcerar os criminosos, removendo-os do alcance da visão pública por invisibilizá-los. A sociedade disciplinar não quer apenas docilizar os corpos, mas passa a buscar o controle absoluto sobre esses corpos que passam a estar sob vigilância constante. Esse desenho preconizado por Foucault, e outros, produz um misto de hiperinvisibilidade em muitos momentos e hipervisibilidade em alguns outros com o fito de promover a manutenção de estereótipos, preconceito e discriminação cujo teor se configure em manifestações de racismo, misoginia, gordofobia, xenofobia, capacitismo, idadismo, desrespeito à orientação sexual, condição social, pertencimento étnico, etc. Toda essa dinâmica reflete e é refletida pelo espaço prisional. Esse espaço promove o embaralhamento entre o visível e o invisível, entre o dito, o não-dito e interdito para estabelecer, assim, um “limite entre o real e a fantasia fazendo com que qualquer situação seja passível de manipulação favorável ou desfavorável” (ADORNO, 1991, p. 28). Por esse motivo, projetos como o ANACA são importantes porque possibilitam que a dinâmica e ações educativas sejam levadas a cabo com o fito de reverter o que foi denunciado por Foucault (1987) ao dizer que as unidades prisionais não devem ser “uma maquinaria que transforma o prisioneiro em uma peça de lucro enredado em teia de relações de poder, de uma forma econômica vazia, de um esquema de submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção” (p. 217). Com isso em mente e objetivando a humanização das pessoas privadas de liberdade, trazemos para a discussão a plataforma anticolonial e seus desdobramentos. Enfatizamos que o paradigma de construção do conhecimento moderno no eixo sul global se instituiu nos diversos campos por meio de colonialidades. Por isso, é urgente o desenho de uma práxis anticolonial cujas epistemologias e metodologias possibilitem o desenvolvimento de uma plataforma que visa à aproximação aos nossos loci de pesquisa e à vinculação ao espaço-tempo social e cultural nas comunidades do entorno da universidade (MIGNOLO, 2007; FREIRE, 2021; SOUSA SANTOS, 2021). Desse modo, entendemos que será possível fazer frente às tensões ensejadas por políticas maciças cujas colonialidades de poder, de saber e de ser promovem a sustentação da eficiência da hierarquização eurocentrada qual produtora de desumanidades (QUIJANO, 1991; 1993; MALDONADO-TORRES, 2006). Ainda nessa linha, entendemos que é preciso compreender os movimentos genocidas que colonizaram os corpos, bem como a percepção da dinâmica epistemicida de colonização das mentes de muitos povos sob a batuta do mito da modernidade entre os séc. XIII e XVIII (GROSGOUEL, 2016). Tais movimentos validaram a lógica do ego cogito, ego conquiro e ego extermino a partir da filosofia cartesiana que foi capitaneada pela península ibérica no domínio dos corpos e das mentes dos semitas, de indígenas sulamericanos, de aborígenes asiáticos, dos africanos e das mulheres (FOUCAULT, 1975). Em seguida, essa visão cartesiana foi ratificada pela plataforma filosófica de Kant e Humboldt e o sistema-mundo com o fito de corroborar a Europa Ocidental como o ponto-zero universal em termos epistemológicos e metodológicos (DUSSEL, 1994; 2008). Sobre a categoria modernidade, penso que vale a pena incluir neste projeto a contribuição Zygmunt Bauman (2004; 2011) que discorreu sobre os modos em que a solidez das instituições, dos afetos e laços fraternos tornam-se ambigüamente empecilhos para a vida do indivíduo na sociedade contemporânea. Para Bauman (2004), as relações sociais são mensuradas com base em interesses que tendem a reduzir a rigidez dos limites e barreiras morais e éticas. Isso promove, a partir de uma perspectiva marxista,

“uma incerteza permanente, pois o lucro esperado é, em primeiro lugar, segurança” (BAUMAN, 2004, p. 35). O pensador acrescenta que o sujeito moderno encaixa-se em duas categorias sociais, a saber, o homo oeconomicus e o homo consumens (BAUMAN, 2011). O primeiro é o racional weberiano capaz de calcular de forma precisa os riscos de investimentos nas relações e outras minúcias relacionadas à vida econômica que parecem ser um problema. A transmutação da lógica econômica para o âmbito afetivo, mostra-se pouco eficaz e danosa. É inaplicável a esse âmbito, pois desconsidera a diferença fundamental entre coisas e pessoas ou números e pessoas. Já o segundo, o homo consumens, é caracteristicamente marcado por um comportamento consumista e insaciável. Tal como seu par, o homo oeconomicus, este transmuta a lógica econômica para lidar com os afetos e a economia moral ao deslocar os princípios das relações sociais para o eixo consumidor-mercadoria no campo dos afetos. Dessa forma, as pessoas “assumem o papel de produtos, sendo usadas, descartadas ou substituídas de acordo com as necessidades dos consumidores” (BAUMAN, 2011, p. 65). Com esse raciocínio, o filósofo nos leva a perceber o aspecto movediço das dinâmicas sociais. Vale a pena ressaltar também que, desde uma perspectiva de gênero, este projeto também se propõe a fazer esse recorte com o fito de contemplar as mulheres que são privadas de liberdade e que se encontram em unidades prisionais na baixada santista. Essa escolha baseia-se no fato de que “a mulher encarcerada no Brasil é submetida a uma condição de invisibilidade, condição essa que, ao mesmo tempo em que é sintomática, legítima e intensifica as marcas da desigualdade de gênero à qual as mulheres em geral são submetidas na sociedade brasileira, sobretudo aquelas que, por seu perfil socioeconômico, se encontram na base da pirâmide social, como é o caso das encarceradas” (CJDI, 2007, pp. 6-7). Ademais, a lógica e dinâmica misógina em nossa sociedade organiza as relações sociais em categorias que se centram em corpos que dominam e corpos a serem dominados e normatizados (TEIXEIRA et al., 2017). Acrescentamos ao acima a premissa sexista que produz desigualdades de oportunidades, estereótipos, violência de gênero e injustiças. Por exemplo, dados recentes sobre a população carcerária feminina no Brasil e em São Paulo reforçam a necessidade da discussão sobre o gênero em nossa sociedade. Segundo dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPEN), o total de mulheres em celas físicas no território nacional em 2022 era de 27.547, sendo 190 gestantes, 81 lactantes e 130 filhos na faixa etária de 0 a 1 ano. Desse total, 8.602 presas estavam em presídios no estado de São Paulo, sendo 63 gestantes, 31 lactantes e 28 filhos com idade entre 0 e 6 meses. O Relatório de Informações Penais (RELIPEN), do primeiro semestre de 2023 traz informações mais detalhadas da população carcerária feminina apontando para o total é de 27.375 no território nacional, com 185 gestantes e lactantes, e 8.520 no estado de São Paulo, com 58 gestantes e lactantes. Por conseguinte, os dados apontados, bem como o arcabouço teórico brevemente proposto para o ANACA certamente contribuirão para ações e práticas educativas que visem à liberdade por serem promotoras de atos humanizadores e emancipatórios (FREIRE, 1983; 2011; 2020a; 2020b; 2021; GRACIANO; SCHILLING, 2008).

Objetivo Geral

Desenvolver um conjunto de ações extensionistas nas unidades prisionais da baixada santista, que estejam vinculadas à curricularização da extensão no curso de Letras, campus Cubatão. Tais ações de caráter literário, por meio de dois clubes de leitura diferentes, visam à garantia do direito às práticas sociais educativas e culturalmente orientadas que assegurem a plena inclusão social de pessoas privadas de liberdade.

Metodologia da Execução do Projeto

Metodologicamente este projeto, embora extensionista, é aplicado porque “abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem” (GIL, 2010, p. 26). Do ponto de vista procedimental é participativo, pois envolverá docentes e discentes do curso de Letras, campus Cubatão, bem como os homens e mulheres privados de liberdade que se encontram nas unidades prisionais da baixada santista e que desejam participar das ações do ANACA. Os métodos a serem utilizados nas ações extensionistas propostas são de ordem fenomenológica, por tratar de aspectos que serão desvelados a partir da vivência humana em sua relação com o mundo e demais sujeitos e coisas, e praxiológica, assumindo que as ações humanas individuais e coletivas são, aprioristicamente, racionais. Para a realização das atividades previstas serão necessários dois bolsistas, cf. itens 3.4.1a e 3.5 do edital, que se encarregarão dos dois clubes de leitura previstos, o de leitura livre e o mediado. As atividades a serem desenvolvidas são no projeto: 1. Atualização e organização do catálogo de obras impressas com base no acervo da unidade prisional ou disponibilização por meio da tecnologia off-line Raspberry Pi que possibilita o processos de aprendizagem autogerida (AUSUBEL, 1965); 2. Seleção e atribuição das obras aos apenados e apenadas para leitura; 3. Realização de atividades mediadoras para debate sobre as obras lidas tendo como escopo a posterior produção de resenhas contendo narrativas autobiográficas que se articulam entre os Direitos Humanos, Justiça, Educação, Cultura e Trabalho; 4. Recepção das resenhas redigidas pelas pessoas privadas de liberdade; 5. Organização das bancas apreciadoras composta por discentes do terceiro e quinto semestre do curso de Letras, campus Cubatão; 6. Coordenação da redação e validação dos relatórios emitidos pelas bancas; 7. Envio e esclarecimento sobre os relatórios enviados à administração da unidade prisional. Conforme a descrição acima, o engajamento das turmas do curso de Letras bem como a participação das pessoas privadas de liberdade conferem o caráter extensionista ao ANACA cuja premissa é a participação socialmente engajada e com impactos relevantes para a carreira dos futuros docentes e o benefício direto, por meio da remição de penas, da população carcerária envolvida. Assim, o ANACA amplia a organicidade e a articulação de modo transdisciplinar dos componentes curriculares do curso de Letras impactando socialmente na vida dos beneficiados direta e indiretamente por este projeto.

Acompanhamento e Avaliação do Projeto Durante a Execução

Todas as atividades deste projeto serão acompanhadas pelo coordenador desta submissão, pelos docentes envolvidos cujos componentes curriculares aderirem à proposta, pelos bolsistas que trabalharão em todas as etapas do desenho, implementação, execução e avaliação do projeto, bem como pelas autoridades prisionais envolvidas. As etapas de

avaliação incluirão reuniões semanais entre a coordenação, os bolsistas selecionados e os discentes das turmas de Letras que participarão das ações, reuniões quinzenais entre a coordenação e os docentes envolvidos, reuniões mensais entre a coordenação, os bolsistas e as autoridades prisionais, além da preparação e validação de relatórios periódicos para aferição do andamento e dos resultados obtidos.

Resultados Esperados e Disseminação dos Resultados

Cada uma das atividades e ações a serem desenvolvidas ao longo da execução do projeto possibilitarão diferentes percepções de mundo a partir da leitura e discussão das obras literárias e a resultante produção da resenha vinculada às vivências das pessoas privadas de liberdade. A comunidade acadêmica envolvida desenvolverá competências e habilidades necessárias para o engajamento em ações sociais interventoras que impactem significativamente as comunidades. As pessoas privadas de liberdade receberão o benefício de remição de quatro dias da pena para cada resenha validada e homologada pela autoridade judiciária. Para além desses impactos de ordem subjetiva, os resultados deste projeto serão divulgados por meio da participação e apresentação de trabalhos em eventos científicos, pela produção de artigos acadêmicos a serem publicados em periódicos nacionais e internacionais, pela oferta de palestras e participação em mesas-redondas presenciais, remotas e híbridas localmente, na universidade, bem como em âmbito regional e nacional. Todo esse processo de disseminação dos resultados visa ao alcance de diferentes públicos-alvo, a saber, os beneficiários diretos e indiretos do projeto, órgãos públicos responsáveis pela administração das unidades prisionais estaduais e nacionais, diferentes setores acadêmicos, ONGs, movimentos sociais, etc.

Referências Bibliográficas

ADORNO, S. A prisão sob a ótica de seus protagonistas. Itinerário de uma pesquisa. *Tempo Social: Revista de Sociologia*, USP, São Paulo, v.3, n.1-2, p. 7-40, 1991. AUSUBEL, D. A cognitive structure view of word and concept meaning. In: ANDERSON, R.C.; AUSUBEL, D. *Readings in the Psychology of Cognition*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1965. BAUMAN, Z. *Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2004. BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2011. BAKHTIN, M. M. *Discurso na vida e discurso na arte*. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza, para uso didático. Publicada em Volochinov, Freudismo, New York: Academic Press, 1976. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 02, de 19 de maio de 2010. BRASIL (2016). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. BRASIL. Política Nacional de Leitura e Escrita. Lei Federal nº 13.696, de 12 de julho de 2018. BONFIM, D. A garantia constitucional do direito à educação pelo disciplinamento do preso com o avanço da reforma da Lei nº 12.433/2011. *Âmbito Jurídico*, Caderno de Direito Penal, Revista 93, 1 out, 2011. CJNI - Centro de Justiça e Direito Internacional. Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil, 2007. Disponível em <http://www.asbrad.org.br/encarceradas/CUSICANQUI>, S. R. Ch'ixinakax utxiwa: Uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores. São Paulo: n-1 Edições, 2021. DUSSEL, E. *Ética de la liberación: Ética do discurso e filosofia da libertação*. Rio Grande Sul. Unisinos, 1994. DUSSEL, E. *Anti-meditaciones cartesianas: Sobre el origen del anti-discurso filosófico de la modernidad*. *Tabula Rasa*, 9, p. 153-197, 2008. FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987. FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. FREIRE, P. *A importância do ato de ler*. 51ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011. FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 66ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020a. FREIRE, P. *Pedagogia da tolerância*, 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020b. FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 28ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. GOMES, A. V. A. *Oferta educacional em prisões e a modalidade de educação a distância: Estudo Técnico*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. GRACIANO, M.; SCHILLING, F. A educação na prisão: Hesitações, limites e possibilidades. *Estudos de Sociologia, Araraquara*, v.13, n. 25, p.111-132, 2008. GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: Racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n.1, jan.-abr., p. 25-49, 2016. HEIDEGGER M. *Ser e tempo*, parte I e II. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008. LECHNER, E. *Oficinas de trabalho biográfico: Pesquisa, pedagogia e ecologia de saberes*. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, 37, 1, p. 71-87, 2012. LECHNER, E. *Oficina biográficas com estudantes e investigadores: Um método participativo de investigação e formação*. *Cadernos do Instituto de Sociologia, Universidade do Porto*, 3, p. 41-49, 2023. DOI <https://doi.org/10.21747/2975-8033/cad3a4> MAIDA, M. J. D. *Presídios e educação*. São Paulo: Funap, 1993. MALDONADO-TORRES, N. La topología del ser y la geopolítica del saber: Modernidad, imperio, colonialidad. Em MIGNOLO, W.; SCHIWIY, F.; MALDONADO-TORRES, N. (Orgs.). *Des-colonialidad del ser y del saber*. Quito: Del Signo, 2006, p. 63-130. MIGNOLO, W. Epistemic disobedience: The de-colonial option and the meaning of identity in politics. *Gragoatá*, v.12 n. 22, p. 11-41, 2007. MORETTI, G. J. S. *Inovação social no sistema prisional: Proposta de um modelo de educação superior a distância*. Tese (Doutorado em Ciências). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018. MOURA, M. V. *Levantamento nacional de informações penitenciárias, atualização junho de 2017*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2019. ONU, Organização das Nações Unidas. *Transformando nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, 2015. Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad, *Perú Indígena*, 29, p. 11-21, 1991. QUIJANO, A. (1993). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. Em LANDER, E. (Org.). *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales*. Buenos Aires: Clacso, 1993, p. 201-246. SÁ, R. L. *Dall'Ética della cura all'Ospitalità incondizionata: Per una filosofia della migrazione*. *Pedagogia piú Didattica*, v. 9, n. 1, aprile 2023, p. 4-21. SILVA, R. *A eficácia sociopedagógica da pena de privação da liberdade*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. SILVA, R.; MOREIRA, F.. *Objetivos educacionais e objetivos da reabilitação penal: O diálogo possível*. *Revista Sociologia Jurídica*, nº 3, Julho-Dezembro, 2006. SOUSA SANTOS, B. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1997. SOUSA SANTOS, B. *O fim do império cognitivo: A afirmação das epistemologias do Sul*. São Paulo: Autêntica, 2021. TEIXEIRA, A. B.; SILVA, A. M.; FIGUEIREDO, A. Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira, BA: Entrevista com Ochy Curriel. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 3, n. 4, p. 106-120,

2017. DOI: <https://doi.org/10.9771/cgd.v3i4.24674> VARGAS, J. P. F. D. Criminologia e descarcerização: Uma introdução ao complexo processual de (re)construção da dignidade humana e da cidadania pela educação, ocupação e geração de renda. Revista do Conselho de Criminologia e Política Criminal, 7, mar., 2006. WAQUANT, L. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

Processo de Elaboração do Projeto

O projeto original foi elaborado a partir do levantamento de demandas e necessidades junto à Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” de Amparo ao Preso (FUNAP), vinculada à Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. Foram realizadas reuniões com os servidores da fundação, docentes e discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Nessas ocasiões, foi possível estabelecer um plano de trabalho e um roteiro para desenho e proposição do projeto em tela que se alinhe às demandas e necessidades elencadas, bem como a possibilidade de curricularização da extensão do curso de Letras. O projeto "Ano 2" apoia-se na experiência exitosa da execução do projeto em 2024.

Necessidade de equipamentos do Campus

Não há necessidade de equipamentos do campus.

Necessidade de espaço físico do Campus

Serão usadas as salas de aula das turmas que participarão do projeto.

Recurso financeiro do Campus

Duas bolsas discentes mensais, conforme edital.

Metas

1 - Clube de leitura

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Meta	Atividade	Especificação	Indicador(es) Qualitativo(s)	Indicador Físico		Período de Execução	
				Indicador Quantitativo	Qtd.	Início	Término
1	1	Preparação dos bolsistas e discentes do curso para execução das atividades do clube de leitura	Catálogo, discussão e definição das obras a serem indicadas aos beneficiários do clube de leitura.	Acesso e familiarização com o acervo literário	1	20/03/2025	20/04/2025
1	2	Para além das narrativas hegemônicas modernidade.	Gerenciamento e organização da base de dados para execução de um clube de leitura visando à reinserção social de pessoas privadas de liberdade.	Obras e recursos educacionais curados	8	21/04/2025	19/12/2025
1	3	Desenvolvimento pessoal, cultural e social	Leitura das obras e participação em debates para posterior escrita de resenhas críticas com narrativas anticoloniais com o fito de possibilitar o desenvolvimento pessoal, cultural e social com vistas à possibilidade de remição de pena, conforme decisão da autoridade judiciária competente.	Produção de resenhas e narrativas anticoloniais	8	21/04/2025	19/12/2025
1	4	Colóquio interno para discussão do processo de execução do clube de leitura	Delineamento de produção acadêmica sobre as atividades do projeto		1	20/11/2024	20/12/2024

PLANO DE APLICAÇÃO

Classificação da Despesa	Especificação	PROEX (R\$)	DIGAE (R\$)	Campus Proponente (R\$)	Total (R\$)
339018	Auxílio Financeiro a Estudantes	0	0	94500,00	94500,00
TOTAIS		0	0	94500,00	94500,00

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Despesa	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
339018 - Auxílio Financeiro a Estudantes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Anexo A

MEMÓRIA DE CÁLCULO

CLASSIFICAÇÃO DE DESPESA	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TOTAL GERAL					-

